A Reforma Agrária em Tempos de Democracia e Globalização, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 50, 1998.

Bernardo Sorj*

Nos anos setenta e oitenta, a luta contra a ditadura levou a esquerda brasileira a reavalhar e valorizar a demcoracia, a traves qual seria possivel nao so a cidadania poitica como atingir igualmente a cidadania social. Os exemplos e modelos de socialismo autoritario foram relegadados e subsitutidos pela social-democracia e o welfare-state.

Enquanto Brasil, e boa parte da America Latina, sonhaba com a socialdemocracia e o welfare state, estes, nos paises capitalistas avançados, començavam a dar sinais de crise. Crise esta de origem multipla, que permitiu e foi reforçada pela ascenção do chamado neo-liberalismo, mas que so uma visao simplista e conspiratoria da historia pode reduzir ao avanço da nova direita.

Em "Para Além da Esquerda e da Direita" , Anthony Giddens (l99) indica que um dos paradoxos de nossos tempos é que a esquerda esta cada vez mas associada com a defesa do status quo, numa posição que a aproxima a tradição conservadora, enquanto a direita passou a ser identificada com a mudança e uma visão otimista do futuro. O projeto socialista era de um mundo onde a humanidade dominava seu futuro e controlava a natureza; hoje, porem, o novo, da mesma forma que na tradição conservadora, passa a ser visto com desconfiança, como prenhe de perigos, incertezas e descontrole. Assim, segundo Giddens, "O conservadorismo tornado radical enfrenta o socialismo que se tornou conservador" (p.). Esta situação inclusive volta a ser reproduzir num dos principais movimentos sociais da atualidade, o ecológico, onde suas diversas correntes questionam os fundamentos da propia modernidade, sobre cujo potencial a esquerda construiu seus sonhos de um mundo melhor.

* Professor of Sociology, Federal University of Rio de Janeiro and Director of the Edelstein Center for Social Research (besorj@attglobal.net).

Para Giddens a izquerda deve se socorrer do conservadorismo filosófico, entendido como "uma reação racional ao caráter destrutivo da modernidade" (p. l82), que entranha hoje um ritmo de mudança destrutiva, de descontrole irresponsável e desorganização dos laços de solidariedade e das relações com a natureza. Este conservadorismo filosófico não sustentaria a defesa de valores em nome da tradição, como no conservadorismo histórico, mas utilizaria a tradição como base de um dialogo construtivo com o passado, entre pessoas autônomas e racionais.

Se a postura de Giddens implica numa serie de dificuldades que fogem ao objeto destes comentários, ela é particularmente relevante para entender os paradoxos que caraterizam as analises sobre o meio rural brasileiro de boa parte dos cientistas sociais e dos partidos de esquerda e mesmo da de esquerda. No lugar de reconhecer que os parâmetros mudaram, que uma defesa da reforma agraria deve ser um ato equilibrado e refletido dentro das novas condições da A esquerda brasileira, como suas congêneres no mundo todo, se posicionou sempre a favor da mudança social, da industrialização, e da modernidade, que deveriam trazer tempos melhores para as classes populares. No Brasil, inclusive, o conservadorismo ideológico não foi assumido nem mesmo pela direita, que compartilha da ideologia nacional na qual o Brasil ideal se encontra no futuro e não o passado.

O paradoxo central para a tradição de esquerda em relação as trasformações das estruturas agrarias foi colocada claramente pôr Caio Prado Jr. Ele indicava que o capitalismo já tinha tomado conta do campo, de forma que o que restava para a esquerda era conjugar o processo de transformação capitalista da agricultura com a procura de soluções para os grupos de trabalhadores rurais marginalizados pôr este processo. Nas elaborações mais contemporâneas procurou-se reconciliar e combinar a questão agrícola - isto é, o desenvolvimento do sistema produtivo -, com a questão agraria - isto é, as dimensões sociais associadas a transformação do sistema produtivo- enfatizando-se a necessidade de políticas

publicas que fortaleçam a produção familiar no lugar da grande propriedade. Embora trata-se de uma proposta relevante. ela não responde a questão central: a agricultura na medida que passa pôr uma revolução tecnológica tem implicado, independentemente do tipo de unidade social de produção, em concentração e diminuição crescente da população empregada pela produção agrícola. Obviamente, uma política agrícola preocupada pelas conseqüências sociais da modernização pode procurar amenizar os impactos sociais, alem de favorecer uma padrão mais igualitário de distribuição da riqueza gerada no campo.

Enquanto orientada pelo marxismo, que supunha que o futuro convergia com os interesses do povo, a esquerda esteve a vontade fazendo os mais diversos malabarismos conceituais e figuras retoricas que lhe permitiam se pensar ao mesmo tempo como a representante do progresso social pôr um lado e dos "pobres de la tierra" pelo outro. A dificuldade de reconhecer que cada vez mais ela se coloca do lado do status quo e de valores do "passado", dificultando o processo de acumulação e o progresso tecnológico, porque estes podem implicar em custos sociais inaceitáveis, obriga-a manter malabarismos conceituais, teoricamente frágeis e politicamente pouco convincentes. O desafio de enfrentar este novo bravo mundo implica em questionar os fundamentos e pressupostos que orientaram a tradição socialista pôr mais de um século. Este prolegômenos sobre a dificuldade que a esquerda brasileira teve, e tem, de assumir explicita e contentemente, posições conservadoras, se faz necessário para introduzir o livro de Regina Bruno, "Senhores da Terra, Senhores da Guerra"*.

Os estudos sociais sobre a agricultura brasileira, nas ultimas décadas, foram prejudicados pela quase ausência de cientistas políticos, que abandonaram o estudo do meio rural para os sociólogos, antropólogos e economistas. Quando lembrada pela ciência política, a estrutura agraria é geralmente mencionada para exemplificar o modelo brasileiro de modernização conservadora; porem estudos de casos e analises específicos do meio rural raramente foram objeto desta disciplina. O livro de Regina Bruno é uma importante excepção a regra e

representa, portanto, uma contribuição relevante a compreensão dos processos políticos no meio rural.

O livro é constituído pôr uma serie de artigos em torno a dos temas centrais: o Estatuto da Terra e as novas elites patronais no campo, particularmente a UDR.
A reconstrução dos processos políticos que levaram a promulgar o Estatuto da Terra pelo governo militar e do posterior abandono do impetu reformista é sensível as diferenças internas na equipe de governo. Merece ser ressaltada o reconhecimento que a autora faz dos fatores e ideológicos e políticos na elaboração do projeto, em contraposição a uma interpretação economicista, assim como da importância que o Estatuto este teve nas futuras lutas sociais no campo.

A analise do percurso político e da ideologia da UDR é um dos principais aportes do livro, mostrando como os latifundiários se utilizam de um novo discurso, no qual se apresentam como ‘’modernos empresários rurais” ou “produtores rurais”. O livro porem deixa bastante a desejar quando se trata de explicar a capacidade de aglutinação que em certos momentos teve a UDR, inclusive de médios proprietários rurais, e em geral a dificuldade de caraterizar o que ela denomina “burguesia rural” e “elites agro-industriais”. A final, a grande maioria dos produtores rurais integrados a cadeia agro-industrial, que se utilizam basicamente do trabalho familiar e de algum ou eventual trabalho assalariado, de que lado da cerca se encontram?. Ou, na verdade, pôr causa da inexistência de claras divisórias entre os diferentes tipos de empresas rurais, a analise fundada em categorias de classes sociais estanques resulta limitado para entender os processos de formação de identidades ideológicas e políticas no meio rural?

Regina enfatiza corretamente que a UDR e o MST expressam crise de representação do sistema sindical no meio rural, ou em termos mais amplos, o que poderíamos denominar um “déficit de estado”. O cerne, porem, de livro de Regina Bruno, é que considera que o conflito no campo brasileiro se deu e continua se dando em torno a luta pela terra. Esta percepção, hoje fortalecida pelo impacto do Movimentos dos Sem Terra, é parte de uma visão classista

das lutas sociais no campo, como sendo um confronto direto entre os que tem e os que não tem, e o processo distributivo com sendo um processo direto de desapropriação e transferencia direta de riqueza para os despossuidos. Ora, no estado modernos, e particularmente numa democracia, as lutas distributivas são mediadas pelo estado e pôr conseqüência afetam o conjunto dos interesses sociais. A defesa da reforma agraria é, no caso de muitos cientistas sócias e militantes políticos, possivelmente o ultimo baluarte de uma visão da luta de classes, que sustenta uma visão maniquea e simplista da dinâmica social.

Se o que esta em jogo hoje na luta pela terra é o acesso a cidadania dos trabalhadores rurais e dos sem terra, e portanto a absorção do meio rural pelo estado, - e o MST compreendeu isto claramente escolhendo o INCRA como seu alvo preferido-, a questão da distribuição da terra deve ser analisada

A Reforma Agrária em Tempos de Democracia e Globalização*

Bernardo Sorj
Professor Titular de Sociologia
IFCS/UFRJ

Em "Para Além da Esquerda e da Direita" Anthony Giddens indica que um dos paradoxos de nossos tempos é que a esquerda esta cada vez mas associada com a defesa do status quo, numa posição que a aproxima a tradição conservadora, enquanto a direita passou a ser identificada com a mudança e uma visão otimista do futuro. O projeto socialista era de um mundo onde a humanidade dominava seu futuro e controlava a natureza; hoje, porem, o novo, da mesma forma que na tradição conservadora, passa a ser visto com desconfiança, como prenhe de perigos, incertezas e descontrole. Assim, segundo Giddens, "O conservadorismo tornado radical enfrenta o socialismo que se tornou conservador". Esta situação inclusive volta a ser reproduzir num dos principais movimentos sociais da atualidade, o ecológico, onde suas

diversas correntes questionam os fundamentos da propia modernidade, sobre cujo potencial a esquerda construiu seus sonhos de um mundo melhor.

Para Giddens a esquerda deve se socorrer do conservadorismo filosófico, entendido como "uma reação racional ao caráter destrutivo da modernidade" (p. l82), que entranha hoje um ritmo de mudança destrutiva, de descontrole irresponsável e desorganização dos laços de solidariedade e das relações com a natureza. Este conservadorismo filosófico não sustentaria a defesa de valores em nome da tradição, como no conservadorismo histórico, mas utilizaria a tradição como base de um dialogo construtivo com o passado, entre pessoas autônomas e racionais.

Enquanto orientada pelo marxismo, que supunha que o futuro convergia com os interesses do povo, a esquerda esteve a vontade fazendo os mais diversos malabarismos conceituais e figuras retoricas que lhe permitiam se pensar ao mesmo tempo como a representante do progresso social pôr um lado e dos "pobres de la tierra" pelo outro. A dificuldade de reconhecer que ela se coloca em forma crescente do lado do status quo e de valores do "passado", dificultando o processo de acumulação e o progresso tecnológico, porque estes podem implicar em custos sociais inaceitáveis, obriga-a manter malabarismos conceituais, teoricamente frágeis e politicamente pouco convincentes. O desafio de enfrentar este novo bravo mundo implica em questionar os fundamentos e pressupostos que orientaram a tradição socialista pôr mais de um século.

Se a proposta de Giddens implica numa serie de dificuldades que fogem ao objeto deste artigo, ela é particularmente relevante em relação aos paradoxos que caraterizam as analises sobre o meio rural brasileiro dos cientistas sociais de esquerda A esquerda brasileira, como suas congêneres no mundo todo, se posicionou sempre a favor da mudança social, da industrialização, e da modernidade, que deveriam trazer tempos melhores para as classes populares. No Brasil, inclusive, o conservadorismo ideológico não foi assumido nem mesmo pela direita, que compartilha da ideologia nacional na qual o Brasil ideal se encontra no futuro e não o passado.

O paradoxo central para a tradição intelectual de esquerda em relação as trasformações das estruturas agrarias foi colocada claramente pôr Caio Prado Jr. Ele indicava que o capitalismo já tinha tomado conta do campo, de forma que o que restava para a esquerda era conjugar o processo de transformação capitalista da agricultura com a procura de soluções para os grupos de trabalhadores rurais marginalizados pôr este processo. Nas elaborações mais contemporâneas procurou-se reconciliar e combinar a questão agrícola - isto é, o desenvolvimento do sistema produtivo -, com a questão agraria - isto é, as dimensões sociais associadas a transformação do sistema produtivo- enfatizando-se a necessidade de políticas publicas que fortaleçam a produção familiar no lugar da grande propriedade. Embora trata-se de uma proposta relevante. ela não responde a questão central: a agricultura na medida que passa pôr uma revolução tecnológica tem implicado, independentemente do tipo de unidade social de produção, em concentração e diminuição crescente da população empregada pela produção agrícola. Obviamente, uma política agrícola preocupada pelas conseqüências sociais da modernização pode procurar amenizar os impactos sociais, alem de favorecer uma padrão mais igualitário de distribuição da riqueza gerada no campo. Agora, uma ampla distribuição de terras para produtores descapitalizados é progressista?, é se não é, trata-se de uma combinação lúcida de conservadorismo e racionalidade social orientada pôr valores de justiça e solidariedade social?

O livro de Regina Bruno é uma importante excepção a regra e representa, portanto, uma contribuição relevante a compreensão dos processos políticos no meio rural.

O livro é consitutido por uma serie de artigos em torno a dos temas centrais: o Estatuto da Terra e as novas elites patronais no campo, particularmente a UDR.

A reconstrucao dos processos políticos que levaram a promulgar o Estatuto da Terra pelo governo militar e do posterior abandono do impetu reformista é sensivel as diferencas internas na equipe de governo. Merece ser ressaltada o reconhocimento que a autora faz dos fatores e ideologicos e politicos na elaboracao do projeto, em contraposicao a uma intreprentacao economicista, assim como como da importancia que o Estatuto este teve nas futuras lutas sociais no campo.

A analise do perucruso politico e da ideologia da UDR é um dos principais aportes do livro, mostrando como os latifundiarios se utilizao de um novo discurso, no qual se apresentao como ‘’modernos empresarios rurais” ou “produtores rurais”. O livro porem deixa bastante a desejar quando se trata de explicar a capacidade de aglutinacao que em certos momentos teve a UDR, inclusive de medios propietarios rurais, e em geral a dificuldade de caraterizar o que ela denomina “burguesia rural” e “elites agroindustriais”. A final, a grande mmaioria dos produtores rurais intergrados a cadeia agroindustrial, que se utilizam basicamente do trabalho familiar e de algum ou eventual trabalho assalariado, de que lado da cerca se encontrao?. Ou, na verdade, por causa da inexistencia de claras divisorias entre os diferentes tipos de empresas rurais, a analise fundada em categorias de classes sociais estanques ressulta limitado para entender os processos de formacao de identidades ideologicas e politicas no meio rural?

Regina enfatiza corretamente que a UDR e o MST expressao a crise de representacao do sistema sinidical no meio rural, ou em termos mais amplos, o que poderiamos denominar um “deficit de estado”.O cerne, porem, de livro de Regina Bruno, é que considera que o conflito no campo brasileiro se deu e continua se dando em torno a luta pela terra. Esta percepcao, hoje fortalecida pelo impacto do Movimentos dos Sem Terra, é parte de uma visao classista das lutas sociais no campo, como sendo um confronto direto entre os que tem e os que nao tem, e o processo distribuivo com sendo um processo direto de desapropiacao e transferencia direta de riqueza para os despossuidos. Ora, no estado modernos, e particularmente numa democracia, as lutas distributivas sao mediadas pelo estado e por consequencia afetao o conjunto dos interesses sociais. A defesa da reforma agraria é, no caso de muitos cientistas

socias e militantes politicos, possivelmente o ultimo baluarte de uma visao da luta de classes, que sustenta uma visao maniqua e simplificadora da dinamica social.

Se o que esta em jogo hoje na luta pela terra é o accesso a cidadadania dos trabalhadores rurais e dos sem terra, e portanto a absorcao do meio rural pelo estado, - e o MST comprendeu isto claramente escolhendo o INCRA como seu alvo preferido-, a questao da distribuicao da terra debe ser analisada no contexto dos direitos e das politicas socias, e nao situada numa saudossista e a-historica "luta pela terra".

O Brasil é um país com um ministério dedicado exclusivamente à reforma agrária, onde praticamente todos os partidos políticos concordam em apoia-la e a maioria dos cientistas sociais dedicados aos estudos rurais estão engajados em explicar a sua "necessidade". Curiosamente, isto acontece num contexto em que a reforma agrária em qualquer sentido meaningfull, seja como medida de ampla reforma social e/ou econômica, bandeira ideológica ou expressão de um amplo movimento popular, perdeu sua atualidade. Cabe a pergunta do porque deste aparente consenso social em torno da reforma agrária.

Procuraremos argumentar, no decorrer deste artigo, os seguintes pontos:

a) Que a reforma agrária é um conceito historicamente datado, associado à ideologias desenvolvimentistas e/ou revolucionárias, hoje não mais vigentes.

b) Que no Brasil, onde as forças sociais interessadas em promover uma reforma agrária foram sempre limitadas, e nas últimas décadas sua base de apoio ficou restrita a grupos economicamente e socialmente marginais.

c) Que a reforma agrária é encampada pelos partidos políticos, seja tanto pela direita como pela esquerda, não apesar, mais a causa de sua relativa irrelevancia.

d) Que os cientistas sociais brasileiros continuam identificados com um debate polarizado em torno a defesa/ataque de reforma agrária, no lugar de procurar compreender como esta efetivamente é construída e manipulada pelas diversas forças políticas.

e) Que do ponto de vista sócio-político, o principal efeito da movimentação em torno da reforma agrária e da legislação em curso poderá ser o de modernizar e aumentar a presença do Estado no meio rural e promover políticas sociais paliativas que não substituem um projeto de cidadania social.

Reforma Agrária e Contexto Ideológico e Social

A luta pela terra e a desapropriação e distribuição da grande propriedade fundiária percorre a história humana. Nos tempos modernos ela está presente na revolução francesa com os levantamentos camponeses e a perda de controle do Estado pela aristocracia. Napoleão procurou utilizá-la para mobilizar o apoio nas regiões conquistadas e reformas agrárias como “contra-revolução preventiva” foram tentadas na Prussia e na Russia Czarista. Neste século a revolução Mexicana e a revolução Russa, e em certa medida a revolução Chinesa, constituem os paradigmas de distribuição de terra apoiada e/ou legitimada por elites políticas que cooptam os levantamentos campesinato para consolidar seu próprio poder.

Estas “reformas agrárias” serviram como inspiração para outro tipo de reforma agrária, que prevaleceu neste século, particularmente nas décadas de 50 e 60, e que foram parte de ideologias de reforma ou revolução social implementadas pelo Estado ou poder paralelo (guerrilhas em zonas liberadas). Mobilizando interesses locais, estas reformas agrárias, são parte de um projeto político de geração de apoio social e destruição das bases de poder de setores dominantes. Igualmente são parte de ideologias de progresso social onde a reforma agrária é considerada pré-condição para o avanço do capitalismo ou socialismo.

Moralmente, se sustenta na idéia que a terra é um bem social e que a grande propriedade é injusta.

As reformas agrárias realizadas nas últimas décadas foram basicamente produto de governos reformistas ou revolucionários ou poder paralelo guerrilheiro. Elas só podem ser entendidas em contextos ideológicos cujos pressupostos são socialmente taked for granted por uma parte da população como parte de ideologias políticas dentro das quais adquirem um sentido específico. Nestas ideologias a reforma agrária não se reduz, explica ou justifica, em nome dos interesses reivindicativos de um grupo particular e sim em função de um projeto de transformação societária (desenvolvimentismo ou revolução social), e um tipo de racionalidade societária.

Assim, num Brasil onde é hogemonica a ideologia de globalização, de diminuição do poder do Estado, de abandono do projeto desenvolvimentista e revolucionário, que sentido cabe ou, cabe algum sentido, continuar falando de reforma agrária? A elaboração de projetos nacionais, em contexto de globalização exige levar em consideração as novas realidades economicas e políticas da sociedade brasileira. As reformas agrárias estão associadas a sociedades com populações majoritariamente agrícolas, baixo nível de capitalização e agro-industrialização e sistemas políticos autoritários de alta intensidade e/ou radicalização do processo político. A sociedade brasileira está emergindo após a ditadura com um sistema político com partidos fracos, baixa mobilização com um sistema político centrado basicamente na defesa de interesses corporativos e dos grandes grupos econômicos.

Current Social Context

As reformas agrárias das últimas décadas foram políticas de intervenção em função de ideologias societárias e pressupunham a existencia de uma massa camponesa favorável e uma classe latifundiária a ser quebrada.

Todas as pesquisas de Ciencias Sociais no Brasil nos anos 60,70 e 80, convergem em concordar que neste período as relações sociais no campo mudaram drasticamente. Estes estudos indicam que as formas de dependencia não assalariados (meieros, arrendatários) até então dominantes nas grandes propriedades foram em grande parte eliminadas. No seu lugar surgiu uma estrutura social fundada na grande propriedade capitalista ou de base familiar, utilizando, ambos, trabalho assalariado temporário. Isto implicou na criação de um verdadeiro mercado de trabalho no campo, eliminando assim, os bolsões de mão de obra cativa.

Em outras palavras, foi destruída a base social da reforma agrária tradicional. Esta reforma agrária tinha como base o campesinato e o sindicato rural que lutavam pela desapropriação da terra no lugar de trabalho. Esta situação não existe mais no Brasil, o que se reflete dramaticamente nas características daqueles efetivamente engajados na luta pela terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é formado não por sindicatos rurais ou camponeses localizados dentro de fazendas. É um movimento composto basicamente por pessoas das mais diversas regiões, desempregados, muitos deles desempregados urbanos de origem rural, nômades que ocupam fazendas improdutivas. O MST é verdadeiramente original, no sentido que possui muito poucas simetrias com os antigos movimentos sociais pró-reforma agrária.

Este novo contexto onde não trabalhadores (isto é, desempregados) lutam pela terra, esvazia o poder de barganha do movimento social e indica os limites dos alcances possíveis de pressão política. O Movimento Sem Terra não consegue ter nenhum efeito sobre o conjunto da produção nacional e embora contando com a simpatia da super estrutura sindical rural (CONTAG), não chega a mobilizar maiores apoios efetivos no campo.

Da mesma forma que mudou a base "popular" do campo brasileiro, mudaram as características da classe dominante e das empresas familiares. A modernização da produção agrícola implicou em que os interesses dos proprietários rurais capitalizados convirjam em torno a novas áreas de interesse corporativo. São as políticas públicas de crédito rural, subsídios, preço mínimo e tarifas aduaneiras, o elo principal entres os diferentes segmentos de

produtores rurais. E em torno a estes temas que as novas lideranças de grandes proprietários rurais conseguem unificar e mobilizar, inclusive, o apoio dos pequenos produtores rurais. Sem dúvida, existem clivagens de interesses entre diferentes setores de produtores rurais, mas estas clivagens se dão em grande medida em torno a produtos e lugares diferentes na cadeia agro-industrial, do que em relação ao tamanho da propriedade e distribuição da propriedade da terra.

Assim, chegada a hora da confrontação política a nível nacional, são os grandes proprietários da terra aqueles que obtem não somente maior apoio das elites, como seria de se esperar, como igualmente conseguem mobilizar uma maior presença das bases de medios e até pequenos produtores rurais em suas manifestações em Brasília.

O novo contexto da agricultura brasileira como todos os cientistas sociais igualmente concordam em indicar, é um contexto de produção agro-industrial, onde as condições de produção dependem de uma infra-estrutura adequada de escoamento da produção e de insumos e maquinária agrícola que viabilize a produtividade e qualidade necessária para participar do mercado. Neste contexto, a terra é um dos fatores de produção, condição necessária, mas de longe não suficiente para viabilizar a produção. A alternativa de uma economia de subsistencia não se coloca para uma população integrada às necessidades de consumo básico que exigem um mínimo de ingresso monetário. Toda a população brasileira está, em geral, permeada pelas espectativas de consumo urbano industrial, assim como os membros do movimento do sem terra, em particular, não está constituído por camponeses isolados numa cultura própria a margem das influências urbanas.

O reconhecimento de que o movimento da reforma agrária é fundamentalmente parte de uma problemática única de mercado de trabalho e geração de emprego, aparece claramente numa defesa da reforma agrária, realizada num recente estudo da FAO onde o principal argumento é que os assentamentos rurais geram um ingresso em salários mínimos superior aos setores urbanos mais pobres. Isto, como veremos, implica numa mudança de

foco no qual, na verdade, o problema rural é visto como parte de uma outra problemática, a do desemprego e da pobreza urbana.

A transformação social do campo brasileiro significou portanto um esvaziamento da base social que poderia exigir uma reforma agrária na terra que trabalhava. Assim, temos hoje trabalhadores que não reivindicam a terra onde trabalham, o locus tradicional das reformas agrárias do passado, e portanto se restringem exclusivamente a ocupar fazendas "improdutivas". A luta pela reforma agrária se auto-limita, portanto, a distribuição de terras improdutivas e colonização de terras públicas*.

*** A não ligação histórica entre os sem terra com o local onde são assentados é, possivelmente, o principal fator para o alto nível de desistencia, já nos primeiros anos (cf. Romeiro, A., Guanziroli, C., Laerte, S., 1994), assim como a manutenção dos padrões culturais de uso predatório da terra na região norte onde predomina a exploração sem perspectiva sustentada da terra.**

Temos portanto, que estamos falando de uma reforma agrária reivindicada por desempregados, pela distribuição de terras improdutivas, num contexto economico onde a terra representa um fator importante, mas não o principal custo para viabilizar a produção.

No novo contexto agro-industrial, para ser viável, a distribuição de terras precisa tanto quanto a entrega da propriedade fundiária o oferecimento de condições de infra-estrutura e maquinárias e insumos que viabilizam os assentamentos*.

Se se tratasse de viabilizar via distribuição de terras virgens ou improdutivas, uma agricultura agroindustrial moderna, colocaria-se a questão da existência de uma demanda efetiva potencial para a produção agricola à ser gerada e a viabilidade do investimento

economico necessario. Na verdade não está se falando mais de reforma agrária no sentido tradicional do termo, seja do ponto de vista ideológico, seja do ponto de vista sociológico ou economico. Trata-se de permitir o acesso ao trabalho a setores desempregados ainda ligados ou dispostos a retornar a vida rural.

*** Em 1982 num trabalho sobre a nova empresa agrícola agroindustrializada indicavamos que os produtores familiares capitalizados tinham modificado seus problemas e reivindicações para a política economica e a relação com o agrobusiness, sendo que a luta pela terra passava a localizar-se nas camadas marginalizadas: "As reivindicações políticas dos diferentes segmentos de produtores familiares tendem a ser diferenciadas, pois, embora contrapostos ao capital, sua sobrevivência concreta passa por reivindicações e mecanismos de representação diferentes. Por um lado, as camadas integradas canalizam suas reivindicações de ordem econômica, dentro e através de instituições estatais ou associações privadas. Seu horizonte normal de politização se refere à capacidade de se tornarem autônomas das associações representativas em que estão incluídas juntamente com os oligopólios agroindustriais, e criarem suas próprias organizações. As camadas que se marginalizam do processo de integração econômica, por sua vez, realizam reivindicações de ordem mais claramente política, referentes a reformas sociais ou políticas paliativas. Porém, sua capacidade reivindicativa depende, em boa parte, de**

terem suas exigências assumidas por instituições político-ideológicas mais amplas (partidos, Igreja...), não originárias, portanto, de seu peso econômico específico e de instituições próprias de representação". Sorj, B., et al, 1982, p.113-114.

O Contexto Político

As reformas agrárias entendidas como transformação das estruturas sociais e de poder ao nível do meio rural e do Estado, pressupõe condições políticas que inexistem no Brasil.

A fins dos anos 50 e inícios dos anos 60 deu-se uma mobilização no campo brasileiro a favor de uma reforma agrária que contou com o apoio de partidos políticos reformistas e revolucionários. A verdade é sempre uma combinatória destes dois elementos, vontade e interesse da elite política e mobilização da base social que alimentaram as reformas agrárias neste século. No Brasil, fora do período mencionado anteriormente, a mobilização coletiva pela reforma agrária não chegou nunca a ter um peso relevante. As razões para isto são múltiplas e entre elas as mais importantes quiçás sejam: a existência de uma fronteira aberta, capaz de absorver parte do excedente populacional, quase inexistência de comunidades camponesas autônomas, e, após 1964 o impacto da repressão militar dos movimentos reivindicativos emergentes. Do lado do Estado, como a pesquisa histórica z, repetidamente indica, a classe dominante brasileira sempre ?..

* As mudanças em curso não somente são de ordem ideológica. A elaboração de projetos nacionais, em contexto de globalização exige levar em consideração as novas realidades economicas e políticas da sociedade brasileira. As reformas agrárias estão associadas a sociedades com populações majoritariamente agrícolas, baixo nível de capitalização e agro-industrialização e sistemas políticos autoritários de alta intensidade e radicalização do processo político. A sociedade brasileira está emergindo após a ditadura com um sistema

político com partidos fracos, baixa mobilização social, centrada esta, basicamente na defesa de interesses corporativos e mediática.

** O reconhecimento de que o movimento da reforma agrária é fundamentalmente parte de uma problemática única de mercado de trabalho e geração de emprego, aparece claramente na defesa da distribuição de terra, realizada num recente estudo da FAO onde o principal argumento é que os assentamentos rurais geram um ingresso em salários mínimos superior aos setores urbanos mais pobres. Isto, como veremos, zimplica numa mudança de foco no qual, na verdade, o problema rural é visto como parte de uma outra problemática, a pobreza urbana.

A Dinâmica Política

O campo brasileiro apresenta uma grande diversidade regional em termos de organização social econômica e cultural. Esta diversidade conjuntamente com a limitada "tradição camponesa", baixa penetração de tradições políticas revolucionárias e, last but not least, uma fronteira aberta capaz de absorver parte dos excedentes demográficos, funcionaram como um mecanismo de limitação dos movimentos sociais no meio rural.

O momento mais alto de agitação no campo culminou no golpe de 64 que reprimiu todas as realizações políticas rurais. Após 64, o movimento em torno a transformação da estrutura fundiária foi produto de forças contraditórias. Por um lado certos grupos militares desejosos de minar a base social da agitação política no meio rural, impuseram uma nova legislação de reforma agrária, o Estatuto da Terra, assim como, criaram instituições de implantação da reforma agrária. Por outro lado, este projeto ficou rapidamente sepultado sob

o impacto da pressão das elites dominantes e foi canalizado em termos já não mais de reforma agrária e sim de colonização de novas terras particularmente na Amazônia.

Desta forma, o conflito entre os que desejavam a reforma agrária e a que a elas se opunham, foi resolvido, no melhor estilo brasileiro, numa solução em que o Estado arca com o ônus e o bônus é distribuido entre a classe dominante e migalhas sobram para os subalternos. Ainda assim, não poder ser sub-estimada a importancia que a abertura de estrada e infraestrutura na região Norte do país, teve na absorção de amplas populações, parte importante delas de origem rural, não só na produção agrícola, como na mineração e outras atividades no setor urbano.

Com o primeiro governo da nova república, a reforma agrária foi colocada novamente na ordem do dia como parte da agenda reprimida pela ditadura e que a nova democracia deveria enfrentar. De fato o governo Sarney assentou em torno de 100.000 famílias, não somente na área de colonização como em fazendas improdutivas em áreas de conflito.

A constituinte de 1988 foi o palco em torno do qual procurou-se avançar uma legislação que permitisse uma expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, que terminou em um total fracasso. As forças conservadoras conseguiam vetar qualquer mudança relevante na legislação.

Foi durante o governo Sarney que surgiram as duas grandes forças que dominariam o noticiário sobre os conflitos rurais: o MST e a UDR. Ambos aparentemente o setor mais radical de forças sociais amplas: o MST da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas) e a UDR da Confederação Nacional Agrária. Independemente da efetiva ligação entre as instituições militantes e as federações de classe, a capacidade de mobilização e identificação entre a base e os militantes, é totalmente diferente. A CONTAG é uma colcha de retalhos que inclui desde assalariados rurais até empresas familiares altamente

capitalizadas com baixíssima ou quase nula capacidade de mobilização de suas bases e penetração no sistema político. Criada na época da ditadura, teve sempre a reforma agrária sua bandeira unificadora porém, dificilmente atingindo, seja sua clientela, seja os partidos políticos ou a midia. Os sem terra, tão pouco representam um corte representativo da clientela da CONTAG. Embora com características diferentes em cada região do país, o MST é um movimento dirigido por militantes da esquerda originados na igraja e/ou grupos radicais, seja de origem urbana rural, com um público formado por desempregados urbanos e rurais e pequenos agricultores mini-fundistas ou que perderam suas terras.

A UDR embora constituída e apoiada majoritariamente por grandes proprietários pecuaristas, em momentos de radicalização consegue mobilizar um amplo apoio dos proprietários rurais e estão articulados politicamente a bancada rural do Congresso, possivelmente o principal bloco parlamentar. Embora métodos utilizados por vários de seus associados (de violencia armada e criminosa frente a lideranças rurais e os invasores de terras) não contam com a simpatia da CNA, a eficácia da cooperação entre a UDR e os diversos representantes dos proprietários rurais, tem se mostrado muito mais efetiva do que a simpatia que a CONTAG possui em relação ao MST.

A reforma agrária no Brasil tem dois componentes: aqueles que estão mobilizados diretamente, a favor ou contra, e tendo, portanto, interesses diretos em jogos, e os partidos, sindicatos e outras instituições, que participam do jogo de poder e de definição do que seja a sociedade desejável para o Brasil.

O Brasil que emergiu da ditadura militar é um país urbano, com uma complexa estrutura industrial, uma agricultura industrializada, com padrões de consumo definidos pela publicidade e pelas modas geradas pelas grandes empresas, mas igulamente com grande abismo social e setores consideráveis da população vivendo na miséria nso cinturões favelados das grandes cidades, onde se transformam em focos de marginalidade e violência. Neste Brasil a reforma agrária, como parte de um projeto “à la antiga”, isto é, de polarização política e conflito

social, não apresenta nenhum atrativo para os novos setores dominantes. Este tipo de reforma agrária implicaria em desorganização da produção, além de afetar diretamente os interesses industriais ligados à cadeia agrícola, sem considerar o fato que os próprios setores urbano-industriais investiram pesadamente na produção agropecuária. Assim, não é casual que um documento produzido por economistas para um grupo de reflexão empresarial simplesmente ignora a questão agrária.

Os partidos políticos, pelo contrário, se relacionam com a reforma agrária de forma geralmente positiva, ainda que nenhum deles tenha nesta bandeira uma fonte relevante de votos. Destaca-se, particularmente, o caso do PT, principal defensor da reforma agrária, cuja base de apoio é fundamentalmente urbana. A bandeira da reforma agrária, paradoxalmente, não gera votos e não representa uma alternativa econômica ou politicamente viável, porém ela pode ser manipulada de forma útil por diferentes partidos políticos. Para o PT trata-se de diferenciar se projeto de partidos políticos que aderiram plenamente à integração na economia internacional. O PT é um partido político que apresentou importantes inovações na sua forma de organização, transparência, honestidade, consistência em relação aos outros partidos políticos brasileiros. No plano ideológico, porém, continua mantendo um programa onde predominam bandeiras do passado que, muitas das vezes, encobre interesses corporativos de grupos assalariados do setor estatal e uma retórica de transformação social já inviável no setor urbano-industrial, mas que no setor agrário encontra eco graças aos atos criminosos de muitos proprietários rurais. Para os outros partidos políticos, a reforma agrária, na medida que, inócua e restrita a terras improdutivas, permite indicar uma preocupação com os problemas sociais para os quais não estão dispostos a enfrentar o dedicar parcela importante de recursos públicos. Para o governo, trata-se de mostrar sensibilidade social e neutralizar uma área de conflito sem relevância econômica, mas de alto efeito mediativo: um massacre de sem-terras não afeta a produção, mas a imagem transmitida pelo mundo prejudica a "credibilidade internacional do Brasil".

De certa forma, a reforma agrária serve para todos os partidos políticos como um substituto à inexistência de um projeto nacional no novo contexto daa sociedade brasileira e internacional.

As políticas de reforma agrária, efetivamente, estão próximas das propostas dos organismos internacionais preocupados em diminuir o inchaço das cidades e o desemprego. De alguma forma, a sociedade brasileira e, particularmente, seus núcleos dominantes, não conseguiram transformar a luta pela democracia em um projeto de cidadania social. A sociedade continua se organizando em torno de projetos corporativos, dentro dos quais os partidos políticos navegam. A reforma agrária é uma bandeira útil para indicar uma preocupação social em um país que ainda não encontrou a vontade política para enfrentar a construção de uma sociedade de cidadãos.

As perspectivas imediatas

No mês de dezembro, o Congresso aprovou a legislação relativa ao Imposto Territorial Rural e os ritos de despropriação de terras. Depois de uma negociação com a bancada rural, pela qual foi reduzido o nível de taxação das terras produtivas, o governo conseguiu aumentar as percentagens de impostos sobre a grande propriedade improdutiva. Igualmente, foi aprovado o rito sumário que permite a desapropriação de terras improdutivas e sua posterior discussão em juízo. Ambas as medidas permitirão, em princípio, acelerar a distribuição da terra: o imposto gerando os recursos para financiar os novos assentamentos e a nova processualística judiciária permitiria encurtar os prazos de expropriação.

Embora estas reformas possam facilitar as metas do governo Fernando Henrique de assentar 200 mil famílias, na verdade, tais reformas são mais um passo na integração e disciplinamento do meio rural dentro da estrutura político-administrativa do Estado brasileiro.

A inexistência de uma fronteira aberta com enorme quatidade de terras públicas inexploradas funcionou na história brasileira como uma das principais válvulas de escape para pressão dos excedentes populacionais. A ocupação porém destas terras se deu em grande medida através de mecanismos selvagens de imposiçãao da lei do mais forte e na qual o Estado não estava presente os seus representantes se enconttravam cooptados pelas elites dominantes. O meio rural brasileiro ainda se encontra, em boa medida, à margem da capacidade regulatória do

Estado. Os institutos responsáveis pela demarcação de propriedades são pouco operantes e a documentação sobre divisão de propriedade é frágil e por vezes inexistente. O poder local controla muitas vezes o judiciário e a polícia. Os assassinatos de lideranças rurais e massacres de semm-terras permanecem impunes.

O quê está em jogo no Brasil é a capacidade do Estado de impor as regras de cidadania política e jurídica na área rural. O conflito entre grandes proprietários rurais e sem-terras, especialmente na Região Norte, é na maioria das vezes um conflito sobre terras públicas que foram apropriadas graças à inexistência de um efetivo poder público.

A distribuição de terras pode ser, em muitos casos, uma medida paliativa adequada. Mas não deve ser esquecido que ela se sustenta, com seus próprios defensores indicam, nos baixos salários e condições inadequadas de infra-estrutura urbana. Aumentos significativos no salário mínimo e na infra-estrutura urbana foram para muitos menos atraentes à permanência no campo.

A Dinâmica Política

O campo brasileiro apresenta uma grande diversidade regional em termos de organização social econômica e cultural. Esta diversidade conjuntamente com a limitada "tradição camponesa", baixa penetração de tradições políticas coletivas e, last but not least, uma fronteira aberta capaz de absorver parte dos excedentes demográficos, funcionaram como um mecanismo de limitação dos movimentos sociais no meio rural.

O momento de maior agitação no campo brasileiro coincidiu com o golpe de 64, que reprimiu as organizações políticas rurais. No início da ditadura militar, as políticas em torno a estrutura fundiária foram produtos de forças contraditórias. Por um lado setores militares desejosos de minar a base social da agitação política no meio rural, impuseram uma nova legislação de reforma agrária, o Estatuto da Terra, assim como, criaram instituições de implantação da reforma agrária*. Por outro lado, este projeto ficou rapidamente sepultado sob o impacto da pressão das elites dominantes e foi canalizado em termos já não mais de reforma agrária e sim de colonização de novas terras particularmente na Amazônia.

Desta forma, o conflito entre os que desejavam a reforma agrária e a que a elas se opunham, foi resolvido, no melhor estilo da cultura política brasileira, numa solução em que o Estado arca com o ônus e o bônus é distribuido entre a classe dominante e migalhas sobram para os subalternos. Ainda assim, não poder ser sub-estimada a importancia que a abertura de estrada e infraestrutura na região Norte do país, teve na absorção de amplas populações, parte importante delas de origem rural, não só na produção agrícola, como na mineração e outras atividades no setor urbano. O novo conflito rural deslocou-se para a confrontação entre grileiros, ocupando ilegalmente grandes extensões de terras públicas e posseiros, e entre posseiros e garimpeiros contra tribos indígenas.

*** Sobre as lutas em torno da elaboração do Estatuto da Terra of Bruno, R., 1966, cap.9.**

Com o primeiro governo da nova república (1986-1990), a reforma agrária foi colocada novamente na ordem do dia como parte da agenda reprimida pela ditadura e que a nova democracia e a constituinte deveriam enfrentar. De fato o governo Sarney assentou em torno de 100.000 famílias, não somente nas áreas de colonização como em fazendas improdutivas em áreas de conflito. A constituinte de 1988 foi o palco em torno do qual procurou-se avançar uma legislação que permitisse uma expropriação por interesse social e de terras improdutivas, e terminou em um total fracasso*. As forças conservadoras conseguiam vetar qualquer mudança relevante na legislação. No contexto da legislação agrária vigente até fins de 1996 a reforma agrária, que assentou no período 86-94 em torno de 140.000 famílias, foi muitas vezes uma excelente oportunidade para muitos proprietários valorizarem e venderem terras a preços superiores do mercado.

Foi durante o governo Sarney que se consolidavam as duas grandes forças que dominariam o noticiário sobre os conflitos rurais: o MST e a UDR. Ambos aparentemente são os setores mais radicais de forças sociais mais amplas: o MST da CONTAG (Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas) e a UDR da Confederação Nacional Agrária (CNA). Independemente da efetiva ligação entre as instituições militantes e as federações de classe, a capacidade de mobilização e identificação entre a base e os militantes, é totalmente diferente. A CONTAG é uma colcha de retalhos que inclui desde assalariados rurais até empresas familiares altamente capitalizadas com baixíssima ou quase nula capacidade de mobilização de suas bases e penetração no sistema político. Criada na época da ditadura, teve sempre na reforma agrária sua bandeira unificadora porém, dificilmente atingindo, seja sua clientela, seja os partidos políticos ou a midia. Os sem terra não representam um corte representativo da clientela da CONTAG. Embora com características diferentes em cada região do país, o MST é um movimento dirigido por militantes originados na igreja e/ou grupos radicais de esquerda, seja de origem urbana ou rural, com um público formado por desempregados urbanos e rurais e pequenos agricultores mini-fundistas ou que perderam suas terras.

*** Um relato da luta pelo projeto de reforma agrária pode ser encontrado em cf. Graziano da Silva, 1995.**

A UDR embora constituída e apoiada majoritariamente por grandes proprietários pecuaristas, em momentos de radicalização consegue mobilizar um amplo apoio dos proprietários rurais e esta articulada politicamente com a bancada rural do Congresso, possivelmente o principal bloco parlamentar. Embora os métodos utilizados por vários de seus associados (de violencia armada e criminosa frente a lideranças rurais e os invasores de terras) não contam com a simpatia da CNA, a eficácia da cooperação entre a UDR e os diversos representantes dos proprietários rurais, tem se mostrado muito mais efetiva do que a simpatia que a CONTAG possui em relação ao MST.

Nenhum dos dois movimentos tem relação univoca com os partidos políticos. A liderança do MST, embora em geral simpatize com o PT, mantém autonomia em relação a este e a nível de eleições locais quando considera conveniente realiza alianças com partidos de direita. A UDR, depois de uma experiência fracassada de lançar seu líder a Presidencia da República, nas eleições de 1990, está misturada nos diversos partidos. Ambos grupos, possuem certas características comuns, produto de condições sociais similares, de atuação em áreas de baixa presença do estado. L.A. Payne (1996) fala de uma nova "uncivil" direita na America Latina, porém, embora a direita e esquerda tenham obvias e importantes diferenças, poderia se falar em forma mais geral de "uncivil social movements", tanto de

direita quanto de esquerda, que usam a ação direta como forma de mobilizar apoio social e chantagear o estado com atos de forte repercussão mediatica. Sem dúvida os objetivos são diferentes assim como o tipo de violência utilizada. Enquanto a UDR se utiliza da violencia e o crime de lideranças e militantes, o MST parte para a ocupação de terras, de escritórios do governo, geralmente do INCRA, tomando os funcionários como refens (tecnica esta utilizada inicialmente no Brasil, no fim da ditadura, pelos índios contra a FUNAI, com forte efeito mediatico).

A reforma agrária no Brasil tem dois componentes: aqueles que estão mobilizados diretamente, a favor ou contra, e tendo, portanto, interesses diretos em jogo, e os partidos, sindicatos e outras instituições, que participam do jogo de poder e de definição do que seja a sociedade desejável para o Brasil.

O Brasil que emergiu da ditadura militar é um país urbano, com uma complexa estrutura produtiva, uma agricultura industrializada, padrões de consumo definidos pela publicidade e pelas modas geradas pelas grandes empresas, mas igualmente com um grande abismo social e setores consideráveis da população vivendo na miséria os cinturões favelados das grandes cidades, onde se transformam em focos de marginalidade e violência. Neste Brasil a reforma agrária, como parte de um projeto "à la antiga", isto é, de polarização política e conflito social, não apresenta nenhum atrativo para quaisquer dos setores dominantes ou classes médias. Este tipo de reforma agrária implicaria em desorganização da produção, além de afetar diretamente os interesses industriais ligados à cadeia agrícola, sem considerar o fato que os próprios setores urbano-industriais investiram pesadamente na produção agropecuária. Assim, não é casual que um projeto para o Brasil produzido por economistas para um grupo empresarial simplesmente ignora a questão agrária.

Os partidos políticos, pelo contrário, se relacionam com a reforma agrária de forma geralmente positiva, ainda que nenhum deles tenha nesta bandeira uma fonte relevante de votos. A bandeira da reforma agrária, paradoxalmente, não gera votos e não representa uma alternativa econômica ou politicamente viável, porém ela pode ser manipulada de forma útil

por diferentes partidos políticos. Os partidos de direita, que mobilizam a seu favor grande parte do voto rural, podem manter um apoio passivo a reforma, na medida que ela, limitada a terras marginais, não implica em perigo efetivo, economico ou político, a seus interesses. Ainda mais tratando-se historicamente de uma direita camaleonica, disposta a cooptar e ser cooptada, a fazer concessões e acomodações com todo tipo de práticas políticas e discursos para se manter no poder. A esquerda, por sua vez, encontra na reforma agrária uma bandeira radical, de confronto social, de elo com seu passado e de denuncia de governo pela violencia no campo.

Destaca-se, particularmente, o caso do PT, principal defensor da reforma agrária, cuja base de apoio é fundamentalmente urbana. Para o PT trata-se de diferenciar seu projeto dos partidos políticos que aderiram plenamente à integração na economia internacional. O PT é um partido que apresentou importantes inovações na sua forma de organização, transparência, honestidade e consistência em relação aos outros partidos políticos brasileiros. No plano ideológico, porém, continua mantendo um programa onde predominam bandeiras do passado que muitas vezes encobre interesses corporativos de grupos assalariados do setor estatal e uma retórica de transformação social e confrontação classista que se mostra inviável no setor urbano-industrial, mas que no setor agrário encontra eco graças aos atos criminosos de muitos proprietários rurais.

Para os outros partidos políticos, a reforma agrária, na medida que, inócua e restrita a terras improdutivas, permite indicar uma preocupação com os problemas sociais que na prática não estão dispostos a enfrentar ou dedicar parcela importante de recursos públicos. Para o governo, trata-se de mostrar sensibilidade social e neutralizar uma área de conflito sem relevância econômica, mas de alto efeito mediatico: um massacre de sem-terras não afeta a produção, mas sim as imagens transmitidas pelo mundo prejudica a "credibilidade internacional do Brasil". O impacto mediatico da luta no campo aparece claramente num recente número do "The Economist" (Nov.30, 1996) sobre o perigo de um backlash na America Latina, exemplificados no Brasil com o caso do "Brazil's landless class with its trigger-happy policy" (p.15). No coments sobre o esquecimento dos landlords...

De certa forma, a reforma agrária serve para todos os partidos políticos como um substituto à inexistência de um projeto nacional no novo contexto daa sociedade brasileira . De alguma forma, os movimentos sociais e a sociedade civil brasileira e, particularmente, suas elites dirigentes, não conseguiram transformar a luta pela democracia em um projeto de cidadania social. A sociedade continua se organizando em torno de projetos corporativos, dentro dos quais os partidos políticos navegam. A reforma agrária é uma bandeira útil para indicar uma preocupação social em um país que ainda não encontrou a vontade política para enfrentar a construção de uma sociedade de cidadãos.

Os Cientistas Sociais e a Reforma Agrária

O debate atual sobre a reforma agrária é caudatário das discussões dos anos 70 e inícios dos anos 80, ainda no interior do regime militar. Foi neste período em que as ciências sociais se institucionalizaram no seu atual formato e desenvolveram debates em forma autônoma dos partidos políticos de esquerda, embora influenciadas quase sempre por um quadro teórico marxista. Este debate encontrou seus limites na (in)capacidade de enfrentar os temas que se perfilavam como os grandes desafios deste fim de século: globalização, privatização do setor público, quebra de privilégios corporativos, organização de uma sociedade democrática de massas e o papel dos cientistas sociais. Os estudos sociais sobre a agricultura brasileira, nas ultimas décadas, foram prejudicados pela quase ausência de cientistas políticos, que abandonaram o estudo do meio rural para os sociólogos, antropólogos e economistas. Quando lembrada pela ciência política, a estrutura agraria é geralmente mencionada para exemplificar o modelo brasileiro de modernização conservadora;

porem estudos de casos e analises específicos do meio rural raramente foram objeto desta disciplina.

Sem entrar num debate que já foi sintetizado em outros trabalhos, pode-se dizer que a maioria dos escritos se fundamentam em visões sistemicas sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, para daí, retirar conclusões políticas. Quem rever os escritos da época se impressionará como eles ainda estão fortemente relacionados ao marco teórico, de interpretação do conjunto da sociedade brasileira, do qual se deduz as políticas ou propostas corretas em relação ao futuro da estrutura social da agricultura brasileira.

O debate na perspectiva socio-econômico se polarizou em duas posições. Por um lado, aqueles que indicavam que as relações de produção capitalista tendiam a ser dominantes no campo, e portanto que a especificidade da questão agrária se diluía no confrontamento mais geral entre capital e trabalho* . Por outro lado, aqueles que supunham a permanencia da estrutura produtiva familiar enfatizavam a permanencia de reivindicações específicas, entre elas o acesso a terra.

*** "Uma reforma agrária distributivista constituiria, neste momento, uma proposta desse tipo, ou seja, uma proposta inexequível historicamente, como só pode ser qualquer proposta que advogue a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a contradição que expressa: a produção social e a apropriação privada da riqueza". Souza Martins, J., 1981, p. 177.**

Uma segunda clivagem dava-se entre os que focalizavam a integração ao complexo agro-industrial, transformando os produtores familiares em trabalhadores para o capital e aqueles que insistiam na permanencia de características específicas do trabalho familiar. Embora esta oposição não resultou necessariamente em posições políticas relativas a reforma

agrária, a presença do complexo agro-industrial tinha implicações diretas para a viabilidade de uma política de distribuição de terras.

A ciência política em geral, permaneceu, em boa medida, alheia aos estudos rurais, a não ser através de referências genéricas sobre a constancia do autoritarismo e o papel do latifundio na constituição do capitalismo brasileiro. Igualmente foi muito limitado o debate e as referncias a outras experiencias de reforma agrária no mundo, mas este provincialismo não foi monopólio desta área de estudos sociais.

Com a chegada da nova república as posições políticas dos cientistas sociais poucas vezes acompanhou o debate teórico. Foram as afinidades partidárias e oportunidades de participar nos novos governos democráticos que determinaram a conduta prática de muitos cientistas sociais. Às antigas proposições em favor da defesa agrária foi agregado o argumento de que a distribuição de terras sería um caminho “para atingir a cidadania”*.

O debate sobre reforma agrária em todo este período se caracterizou pelo seu caráter “teórico-dedutivo”. A maioria dos estudos rurais se concentraram em estudos de caso localizados, quase não existindo estudos e debates em profundidade sobre o conjunto da estrutura rural, a ocupação efetiva do solo e as implicações e viabilidade econômica e ecológica de um aproveitamento integral das chamadas terras improdutivas. O reconhecimento de que a grande propriedade em geral mudou, que a pecuária brasileira se modernizou foi relativizada em nome da continuidade do uso de velhos métodos coronelistas e da violencia para “denunciar” a ideologia de “produtores rurais modernos” usada pela UDR, desconhecendo assim a importância do poder produtivo e capacidade de comunicação e pressão nacional deste setor da classe dominante**.

* **“Esta tendencia a rebatizar ou pintar velhas bandeiras com as cores da democracia e a cidadania caracterizou, e fragilizou, a ciencia social neste período”.**

** **A relação ambigua no tratamento de novos latifundiários modernizados aparece por exemplo em R. Bruno, 1996.**

Os cientistas sociais foram arrastados pela agenda e dinâmica política do estado brasileiro, o MST e a UDR. A ditadura militar impos um modelo em que a política agrícola financiava a modernização do campo - e enriquecia grandes proprietários que desviavam para o mercado financeiro parte destes financiamentos a juros baixos - , enquanto a colonização de novas terras era a resposta para a questão social. Mantinha-se assim, uma separação entre política agrícola (economica) e política agrária (social). Os governos da nova república mantiveram esta separação apesar de uma retórica em contrário. Assim, se a política agrária assentava produtores rurais fadados na maioria a transformar-se em futuros minifundistas pauperizados, a política agrícola continuou expulsando pequenos produtores falidos e minifundistas. sem acesso ao financiamento. Afinal a “questão minifundista” é uma batata quente que não tem expressão política autônoma (de fato quem mais a levanta são os grandes proprietários rurais para criticar a reforma agrária) e cujo confronto exigiriam investimentos e uma disposição de intervenção do estado que nenhum governo indica ter. Uma política agrícola com sentido agrário e uma política agrária com sentido agrícola se coloca como um campo futuro de reflexão das ciencias sociais, que nas últimas décadas ficaram demais atreladas aos temas colocados pelo estado, pelos movimentos sociais e os partidos políticos*.

Perspectivas

No mês de dezembro, o Congresso aprovou a legislação relativa ao Imposto Territorial Rural e o Rito Súmario de despropriação de terras. Depois de uma negociação com a bancada rural, pela qual foi reduzido o nível de taxação das terras produtivas, o governo conseguiu aumentar as percentagens de impostos sobre a grande propriedade improdutiva. Igualmente, foi aprovada a Lei do Rito Súmario que permite a rápida desapropriação e distribuição de terras improdutivas e sua posterior discussão do preço após depositado o valor em juízo, assim como a Lei que prevê a intermediação do Ministério Público em situações de conflito. Estas medidas permitirão, em princípio, acelerar a distribuição da terra: o imposto gerando os recursos para financiar os novos assentamentos e a nova processualística judiciária permitira encurtar os prazos de expropriação.

*** Os discursos de Fernando Henrique Cardoso indicam a consciencia (sociológica?) deste problema. O desafio dos cientistas sociais é analisar as condições da passagem da retorica política à realidade social.**

Embora estas reformas possam facilitar as metas do governo Fernando Henrique de assentar 280 mil famílias, elas fundamentalmente são mais um passo na integração e disciplinamento do meio rural dentro da estrutura político-administrativa do Estado brasileiro. O desafio principal do governo frente a população rural é consolidar os direitos básicos de cidadania social, assegurando um ingresso mínimo, educação e saúde básica. Direitos como o de aposentadoria rural representaram uma revolução social com impacto possivelmente maior que o da distribuição de terras realizada até agora pela nova República.

A existência de uma fronteira aberta, com enorme quatidade de terras públicas inexploradas funcionou na história brasileira como uma das principais válvulas de escape para os excedentes populacionais. A ocupação destas terras, porém, se deu em grande medida através de mecanismos selvagens de imposiçãao da lei do mais forte e na qual o Estado ou não estava presente, ou os seus representantes se encontravam cooptados pelas elites locais. O meio rural brasileiro ainda se encontra, em boa medida, à margem da capacidade disciplinadora do Estado. Os institutos responsáveis pela demarcaçào de propriedades são pouco operantes e a documentação e cadastros de propriedade rural é frágil e por vezes inexistentes. O poder local controla muitas vezes o judiciário e a polícia. Os assassinatos de lideranças rurais e massacres de sem-terras permanecem impunes.

O quê está em jogo no Brasil é a capacidade do Estado de impor as regras de cidadania política e jurídica na área rural. O conflito entre grandes proprietários rurais e sem-terras, especialmente na Região Norte, é na maioria das vezes um conflito sobre terras públicas que foram apropriadas graças à inexistência de um efetivo poder público.

O fim da inflação (que justificava o investimento em terras como reserva de valor), a eliminação dos creditos subsidiados para os grandes proprietários pecuaristas da região Norte e Nordeste e o novo imposto territorial para a propriedade rural, convergem no sentido de queda do preço da terra. Porém a utilização de impostos e legislação apropriada como instrumentos de regulação e limitação do uso da terra com fins especulativos ainda se encontra na sua infância.

A distribuição de terras, pode ser, no Brasil, em muitos casos, uma medida paliativa adequada. Mas não deve ser esquecido que ela se sustenta, com seus próprios defensores indicam, nos baixos salários e condições desumanas da infra-estrutura urbana. Aumentos significativos no salário mínimo e na infra-estrutura urbana farão muitos menos atraentes à permanência ou retorno ao campo.

Enquanto o Brasil continuar sendo um país profundamente desarticulado, com governos federais com limitada capacidade de penetração no tecido social, com o poder econômico local manipulando os poderes públicos, organizações da sociedade civil frageis e localizadas em grandes centros urbanos e partidos políticos divididos entre o fisiologismo e programas irrealistas, a democratização da sociedade brasileira avançará lentamente. A alquimia do governo de Fernando Henrique, de modernização do aparelho estatal e da estrutura economica, apoiando-se em partidos de direita, procurando não perder o horizonte social é possivelmente no contexto da realidade brasileira, a melhor das soluções viáveis. Ainda assim o preço é alto, a rápida corrosão do tecido social exige um ritmo de mudanças maior que os alcances limitados de um poder construido sobre os atuais alicerces partidarios.

BIBLIOGRAPHY

Abramovay, R., "Le Statut de la Terre", **Cahiers du Bresil Contemporain**, Numéro Spécial 1995, Maison des Science de l'Homme, Paris, 1995.

Abramovay, R., **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**, Hucitec, São Paulo, 1991.

Associação PIPSA, **Rumos da Pesquisa Social na Agricultura na Virada do Século**, Vols. I e II, UFRGS, Porto Alegre, 1995.

Bruno, R., "Senhores da Terra, Senhores da Guerra", Rio de Janeiro, mimeo, 1996.

Carvalho, A. V., D'Incao, M.C.,(org.), **Reforma Agrária**. **Significado e Viabilidade**, Vozes, Petrópolis, 1982.

Chonchol, F. de, "Les Organisations en Milieu Rural: Patronat et Paysannerie", **Cahiers du Bresil Contemporain**, n° 18, juin 1992, Maison des Science de l'Homme, Paris, 1992.

Costa, L.F.C., **Sindicalismo Rural em Construção**. Forense Universitária: UFRRJ, Rio de Janeiro, 1996.

Delgado, N., Lavinas, L., Maluf, R., Romano, J., **Estratégias Agroindustriais e Grupos Sociais Rurais. O caso do Mercosul**, Forense Universitária: UFRRJ, Rio de Janeiro, 1996.

Departamento de Economia Rural - UNESP, **Mão-de-Obra Volante na Agricultura**, Polis, São Paulo, 1982.

Diniz, A. (org.), **Reforma Econômica para o Brasil**, Nobel: Grupo Pão de Açúcar, São Paulo, 1990.

Estudos Sociedade e Agricultura, Julho 1996, n° 6.

Graziano da Silva, J., **Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasiliense, São Paulo, 1985.

Graziano da Silva, J., **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura,** Hucitec, São Paulo, 1981.

Hobsbawm, E., **Era dos Extremos**. **O Breve Século XX: 1914-1991**, 2 ed., Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

Ianni, O., **A Luta pela Terra**, Vozes, Petrópolis, 1978.

Ianni, O., **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**, Vozes, Petrópolis, 1979.

Laranjeira, R., **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1983.

Leal, L. (org.), **Reforma Agrária na Nova República**. **Contradições e Alternativas**, Cortez, São Paulo, 1986.

Lopes, J. R. B., **Do Latifúndio à Empresa**.**Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo**, 2 ed., Vozes, Petrópolis, 1981.

Martins, J. S. de, **Os Camponeses e a Política no Brasil**, Vozes, Petrópolis, 1981.

Paiva, V., **Igreja e Questão Agrária**, Loyola, São Paulo, 1985.

Payne, L.A., “Packing Right-Wing Violence in Democrate Brazil: The Case of the UDR”, mimeo, 1996.

Reforma Agrária, vol. 21, set./dez., 1991.

Romeiro, A., Guanziroli, C., Leite, S. (org.), **Reforma Agrária**. **Produção, Emprego e Renda**, 2 ed., Vozes, Petrópolis, 1994.

Sorj, B., "Agricultura Brasileira: Processos Econômicos e Políticos", in: Brandão, M.A., **América Latina - Identidade e Transformação**, IANAMA, Salvador, 1989.

Sorj, B., Almeida, M. H. T. de (org.), **Sociedade e Política no Brasil pós-64**, Brasiliense, São Paulo, 1984.

Sorj, B., "A Questão Agrária e suas Mitologias", in: ANPOC, **Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos**, CNPq, Brasília, 1983.

Sorj, B., Pompermayer, M.J, Coradini, O.L., **Camponeses e Agroindústria**. **Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira**, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

Sorj, B., **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**, 2 ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

Sorj, B., "Classes Sociales, Agroindustria y Procesos Políticos en La Agricultura Brasileña", **Estudios Rurales Latinoamericanos**, vol. 4, n° 2, 1981.

Sorj, B., "A Dinâmica Atual da Agricultura Brasileira", **Revista Brasileira de Cultura e Política**, ano I, English version, in: **Latin American Perspectives**, vol. VII, Issue 21, 1979.